

70 ANOS DEPOIS: O HOLOCAUSTO E A SUA ATUALIDADE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

70 YEARS LATER: THE HOLOCAUST AND ITS CURRENT REPERCUSSIONS IN INTERNATIONAL RELATIONS

Francisco Carlos Teixeira Da Silva*

Resumo: Este ano de 2015 marca os 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, o mais brutal e extenso conflito bélico do século XX e de toda a História. A ocasião dos 70 Anos nos oferece a oportunidade de debater alguns dos pontos mais relevantes do grande conflito: o papel dos genocídios na História. Tal relevância torna-se ainda mais urgente em face da cada vez mais frequente ocorrência da ressurgência nazistas (ou fascistas), dos racismos e dos fundamentalismos perempetorios e excludentes no mundo atual.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Holocausto; Genocídio; Relações Internacionais.

Abstract: This year, 2015, marks the 70th anniversary of the end of the Second World War, the most brutal and extensive military conflict in the twentieth century and in all of history. The observance of these 70 years gives us the opportunity to discuss some of the most relevant points of this terrible conflict: the role played by genocides throughout history. Its relevance is even more urgent in the face of increasing occurrences of Nazi (or fascist) resurgences, of racism, and of peremptory and excluding fundamentalism in the world today.

Keywords: World War II; Holocaust; Genocide; International relations.

* Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ e da UCAM, professor emérito da ECEME. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
E-mail: chicotempo@terra.com.br

Something unforgettable is past
blown from a glimmer into nothingness, or less,
and finality has swept into a corner where it lies
in dust and cobwebs and silence.
(Something, Michael Burch)

INTRODUÇÃO: O PROBLEMA DA GUERRA E DOS GENOCÍDIOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O campo da História das Relações Internacionais possui, entre nós um tremendo deficit de abordagem no tocante à História da Segunda Guerra Mundial e das suas consequências. Nos últimos 15 anos, um pouco mais, um pouco menos, a temática de “guerras” e de “paz” (esta sensivelmente menos visitada) ocupa um bom pedaço dos cursos, das palestras e do mercado editorial – com autores nacionais ou estrangeiros. As grandes escolas militares do país, tal como Escola de Guerra Naval e a Escola de Comando e Estado-Maior abriram-se notavelmente para os estudiosos acadêmicos e muitos ocupam hoje um espaço relevante nas estruturas de formulação e debate de defesa do país, marcando uma maior sofisticação dos estudos sobre assuntos militares no Brasil. Porém, um dos fenômenos mais marcantes da Segunda Guerra Mundial, o Holocausto, e suas relações com o conflitos (em especial os aspectos propriamente bélicos e a condução do conflito por seus generais) ainda permanecem pouco estabelecidos. Além disso, as relações entre o Holocausto, e outros genocídios, aparece, em tal produção, bastante reduzida ou, mesmo inexistente.

Assim, trabalhos pertinentes, e também o cinema contemporâneo, sobre o tema “guerra” vem sistematicamente ignorando o fenômeno genocidário do século XX e, já agora, do século XXI. Na maioria das vezes, de forma bastante mecânica, temos uma distinção informal, contudo profunda, entre estudos bélicos e estudos sobre o Holocausto, como se este fosse uma “derrapagem”, um incômodo, numa história muitas vezes tratada de forma heróica ou naturalizada, do tipo guerras são inevitáveis. Este é o caso, por exemplo, dos notáveis estudos de John Keegan, patrono britânico dos estudos bélicos quando trata da Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma, com forte impacto sobre a opinião pública, o cinema produziu belíssimas obras onde o genocídio, a tortura, a resistência e a colaboração não desempenham qualquer papel de relevo. É assim, por exemplo, com os filmes “ Stalingrado, a Batalha Final” de Joseph Vilmaier, de 1993, ou “O Resgate do Soldado Ryan”, de Steve Spielberg, de 1998. Tais obras contribuem, de forma clara, para distinguir “guerra” e “genocídio”, expurgando este último, na contra-mão das pesquisas mais recentes, para um espaço autônomo em relação à guerra e reservando à esta um lugar de nobreza – muitas vezes de luta titânica entre poderes além da compreensão humana -, não tocado pelo horror do extermínio em massa.

Assim, “guerra” e “genocídio” parecem fenômenos distintos, negando-se a compreensão do conflito como uma guerra exterminacionista, nitidamente voltada para o genocídio¹.

Acreditamos, que boa parte deste “descolamento” advém de uma admiração, muitas vezes de uma fixação, heroicizante sobre o tema bélico, de forma acrítica e banalizadora dos tremendos efeitos negativos da guerra, transformando a guerra – qualquer guerra, mas explicitamente a Segunda Guerra Mundial – num acontecimento épico e viril. Mas, em grande parte advém, também, da ausência de uma leitura sistemática e atenta de obras que conseguiram, com forte aporte documental, comprovar que a Segunda Guerra Mundial, tanto na Europa quanto na Ásia, foi uma guerra de forte conteúdo racial e que sua condução, por vários atores e de forma muitas vezes autônomas, obedeceu a uma concepção racialista das relações sociais, fortemente derivada do darwinismo social. Assim, a luta pelo “Lebensraum” na Europa Centro-Oriental pelo Terceiro Reich, em especial após a Invasão da União Soviética, e a construção da “Grande Esfera de Co-Prosperidade da Ásia”, pelo Japão Imperial, a partir da Invasão da China em 1937 (e não exatamente só quando do ataque a Pearl Harbor) visavam o estabelecimento de projetos de tipo colonial, com a erradicação de imensas populações, através de processos gigantescos de limpeza étnica e mesmo de extermínio massivo, como praticados na Polônia, URSS, Mandchúria, Coréia, Filipinas e China².

É notável, neste contexto, a ausência, para além do recurso direto aos arquivos, do debate dos trabalhos de Ian Kerschaw e Georges Mosse. Em ambos os autores, especializados em guerras do século XX, emerge uma percepção clara do caráter exterminacionista do conflito mundial. Para Kerschaw a “radicalização acumulativa”, a partir das falas e incentivos do “Führer”, implicava numa competição permanente, intensa, entre os quadros institucionais do Terceiro Reich – os quadros do Partido nazista, a burocracia de Estado, a Wehrmacht e mesmo os empresários interessados nas “novas áreas ocupadas” – na realização dos desígnos do Nacional-Socialismo através da guerra. Não há possibilidade, aqui, em separar a guerra entre Estados da guerra de um Estado contra povos inteiros. Já Georges Mosse, a partir da Grande Guerra, de 1914, aponta o processo final de radicalização do conflito, em especial a luta contra “os eslavos” e os “bolcheviques” no Leste europeu pelos “Freikorps” como a origem do que denominou de “brutalização da política”. Para este autor, a relação entre os “Freikorps” e as formações proto-nazistas e nazistas amalgamadas, mais tarde, no Partido Nacional Socialista é direta e a guerra e o genocídio que se segue depois de 1939, uma consequência de tal “brutalização da política” engendrada no final de 1918 e ao longo de 1919. Por este processo, já anunciado na brutal repressão à Revolução Espartaquista de 1919 na Alemanha (com seus assassinatos, entre quais de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht) e nos combates de 1919 e 1920

no Báltico, criaram-se as bases para o extermínio dos oponentes políticos e a transformação da política na supressão total do diferente, do outro contraditório³.

O LUGAR DO HOLOCAUSTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Assim, por este caminho do “descolamento” entre guerras e genocídios, operada por boa parte da historiografia e das mídias, ao final do século XX, emergem debates veementes sobre a própria natureza do Holocausto. Talvez o maior de todos os equívocos, e ao mesmo tempo sua melhor exemplificação, seja o debate atual em torno do Holocausto, sua natureza e sua extensão conceitual, em parte proporcionado pela publicação de novos livros e abertura de novos arquivos, e, na sua pior parte, pelas declarações brutais do, então, presidente Mahmud Ahmenejad, do Irã e de muitos outros governos e, mesmo intelectuais, em face da persistência, sem respostas, cruel de uma “Questão Palestina”. Discutir seu caráter único ou múltiplo na história – já que o “negacionismo”, embora debata a história, não é uma corrente historiográfica e sim um retorno ao antissemitismo - tornou-se a chave de entendimento de inúmeras posições teóricas e políticas atuais. Em inúmeras páginas a natureza e a extensão de “outros Holocaustos”, para além do holocausto judaico na Segunda Guerra Mundial, são fortemente cobrados, construindo-se paralelos transistóricos, inclusive com a cruel situação dos palestinos hoje ou a violência em algumas partes do mundo, em especial na África. Trata-se aqui de minimizar o Holocausto judaico – apontando para outros genocídios e mesmo acusando o governo atual, de Benjamin Netanyahu, do Estado de Israel de ser genocidaário – ampliando a lista de crimes massivos de genocídio na História. Evidentemente, teríamos de discutir o conceito de genocídio, sua diferenciação com “limpeza étnica” e com crimes de guerras e de repressão, lembrando que a dor humana não permite hierarquias e tão pouco que crimes cometidos por um grupo não apaga crimes passados vividos por outros.

A elaboração de listas é, também, difícil. Começaríamos no genocídio dos Hereros, na atual Namíbia, feito pelos alemães entre 1904 e 1907, e chegaríamos até Timor Leste, pós-1975, um caso indiscutível de genocídio organizado por um Estado, no caso, a Indonésia. Contudo, o elemento central e comum nos estudos dos genocídios deve ser destacado: a possibilidade real e concreta do horror do Holocausto se repetir no tempo presente, mesmo depois de tudo que foi escrito e documentado, em livros e filmes, sobre o “Shoah”. Este é o elemento central do debate – sua extensão enquanto categoria do Direito e da História aos povos vitimados depois da Segunda Guerra Mundial é uma questão em curso de pesquisa, de aplicação do Direito Internacional (como estabelecido pela ONU desde 1948) e de procedimento ético em plena construção, não se tratando de processo fechado, definindo um, dois ou três fenômenos genocidaários contemporâneos. Infelizmente. Defender a existência

de um risco continuado de matanças de massa, “industriais”, no mundo atual – de qualquer tipo de minoria, povo ou grupo social – é o reconhecimento da precariedade da paz e da justiça na Nova Ordem Mundial, oriunda do fim da Guerra Fria, depois de 1989 (ou 1991). Contudo, a obrigação, moral e histórica, de nomear, sempre, todos os casos de genocídio pode gerar um procedimento ritualístico, sem maiores consequências. Da mesma forma, a qualificação como genocídio de crimes coletivos, e mesmo massivos, alguns em curso ainda hoje, abre um amplo espaço de debate, nem sempre muito claro ou muito embasado historicamente. Podemos, neste caso, trabalhar com dois exemplos muito próximos e altamente polêmicos. Por exemplo, a violência cotidiana no Brasil, atingindo patamares chocantes, cerca de 50 mil vítimas/ano, e tendo como vítima principal, em quase 77% dos casos, jovens negros pode ser denominada de genocídio? A mesma questão se aplicaria à brutal repressão da oposição no Chile de Pinochet? Evidentemente, para os grupos, ou camadas sociais, mais atingidos pela violência, reconhecidamente epidêmica, o debate pode ser, mesmo, considerado ofensivo⁴.

O centro da questão permanece sempre o mesmo, pouco importa – por mais indesculpável que seja – ter ou não nomeado, em lista, todos os “Holocaustos” pós 1945 e todos os grupos que reivindicam a vitimização genocidária: a existência e multiplicidade do Holocausto na história do tempo presente. Assim, a recusa – o “estupro da história” – primordial e básica de tal possibilidade para a compreensão da repetição dos genocídios no tempo presente se dirige contra dois tipos de argumentos: de um lado, daqueles que consideram o Holocausto uma página virada da história, única, sem possibilidades de repetição, defendendo um Holocausto único, judaico, cometido pelo Terceiro Reich. Estes negam a possibilidade de tratar os genocídios recentes, de ruandenses de várias etnias, palestinos de Sabra e Chatila, timorenses, curdos ou cambojanos, os furis de Darfur enquanto Holocaustos. E, por outro lado, enfaticamente, aqueles que se recusam a aceitar a existência do brutal e maciço genocídio judaico perpetrado pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial ou mesmo minimizá-lo perante outras tragédias históricas. Assim, deve-se desde logo estabelecer que o debate sobre os genocídios na história voltam-se para os eventos do século XX e XXI⁵. Esta é uma categoria histórica e jurídica – como veremos a seguir – relativamente nova. Claro, que povos inteiros foram exterminados ao longo de uma duração milenar e mesmo muito recentemente a escravidão africana foi um crudelíssimo fenômeno histórico, em especial o tráfico negreiro⁶. Contudo, a matança sistematicamente, tendo como objeto exterminar um povo ou um grupo específico, era considerado, no século XX, uma página virada da história. A questão central é como podem ocorrer os novos genocídios depois de tudo que sabemos e da crença, generalizada, de uma ordem mundial civilizada e regida pelo Direito⁷.

A estas posições polares, de certa forma já conhecidas, junta-se, muito recentemente, o insulto de um ex-governante iraniano em tomar para si mesmo o debate historiográfico sobre a natureza dos genocídios modernos, promovendo um falso seminário internacional sobre “a existência histórica do Holocausto”, com a presença de notórios negacionistas⁸. O Estado, qualquer Estado, não deve e não pode definir o que é historicamente correto e estabelecer, por ato político, o que é ou não um acontecimento histórico. Este pode ser, inclusive, o caminho para novos Holocaustos⁹.

É interessante, embora também trágico, que a expressão genocídio tenha surgido tão tardiamente na história. Somente em 1944, através da obra “Axis Rule in Occupied Europe”, do jurista polonês de origem judaica Raphael Lemkin, elaborou um estatuto jurídico específico aos crimes de guerra em massa e aqueles praticados contra as minorias étnicas, religiosas ou culturais durante a Segunda Guerra Mundial. Mais tarde as Nações Unidas (ONU), em 1948, inscreveu o genocídio nos seus estatutos enquanto o mais grave crime contra a humanidade. Na sua definição exata, conforme, a ONU, genocídio se caracteriza como “a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. O genocídio se dá através de atos mortais contra membros de um grupo determinado, atingindo a integridade física ou mental dos mesmos, ou ainda, submetendo-os intencionalmente a condições de vida que impliquem na destruição, mesmo que parcial, do grupo. Da mesma forma, trata-se de genocídio quaisquer medidas visando esterilização, ou a impossibilidade de reprodução física e natural, do grupo, inclusive a transferência, adoção ou internação de bebês, crianças ou adolescentes, de forma a suprimir a capacidade própria de reprodução física e cultural do grupo específico”. O genocídio depois passou, a partir de decisão da ONU de 1948, a ser um crime imprescritível, tendo a ONU autoridade para criar tribunais específicos para a punição de tais crimes (como o Tribunal de Haia, para os crimes na ex-Iugoslávia, ou de Arusha, para Ruanda). Nestes termos, como a ONU aprovou e vem praticando através de seus tribunais e correlatos, a definição de Holocausto aponta para um encurtamento das listas históricas e pode responder a questão anterior sobre a violência cotidiana no Brasil ou a repressão militar no Chile.

Sem qualquer dúvida, o Holocausto judaico, trauma insuperável da história, com suas características inumanas e monstruosamente grandiosas, permanece como paradigma, consciente ou inconscientemente, para os demais fenômenos ditos “correlatos”.



Portão de entrada do Campo de Concentração (KZ) de Sachsenhausen – na grade pode-se ler o dístico “Arbeit macht Frei” (“O Trabalho Liberta”), comum em todos os KZ por ordem Reinhard Heydrich (Foto do autor, 2011).

UMA HISTÓRIA DE GENOCÍDIOS

O genocídio dos hereros, a partir de 1904, praticado pelos alemães na Namíbia e dos armênios, pelos turcos, em 1915 e 1917, inauguraram o século XX enquanto “o século sombrio”¹⁰. Mais tarde, em 1937, milhares de haitianos que viviam e trabalhavam na vizinha República Dominicana foram alvo de um rompante de ódio do ditador Trujillo, que ordenou – após uma bem orquestrada campanha de nacionalismo e ódio racial – a matança de 30 mil homens, mulheres e crianças. O dramático do genocídio haitiano reside no fato que, até então, os dois povos viviam harmoniosamente em ambos os lados da fronteira. Coube ao regime de Trujillo a identificação dos haitianos como ladrões e saqueadores, acusando-os de serem a causa na pobreza da República Dominicana, abrindo caminho para os terríveis massacres que aconteceriam. No mesmo ano, em dezembro de 1937, os japoneses, após a invasão da China, massacravam a população de Nankin, fazendo um número indeterminado (algo em torno de 400 mil pessoas) de vítimas, dando forma a um verdadeiro genocídio de chineses ao longo da Segunda Guerra Mundial, vítimas de estupros coletivos, prostituição forçada, experiências médicas horripilantes e simples assassinio em massa¹¹.

Além de hereros, armênios, chineses, judeus e haitianos, devem ser somados a esta assustadora lista milhares de ciganos, gays, doentes mentais e físicos, Testemunhas de Jeová, perseguidos pelo nazismo no Terceiro Reich, alvos do genocídio hitlerista. Depois da Segunda Guerra Mundial,

deveríamos somar a estes o massacre dos cambojanos durante o regime do Khmer Vermelho (1975-1979), a matança generalizada dos tutsis em Ruanda, entre 1994 e 1998, e de timorenses pelos paramilitares indonésios depois de 1975. Mais isso não basta: os critérios devem ser ampliados. “Limpeza étnica” – mesmo a expulsão – é um genocídio? Aí entrariam as populações hindus e paquistanesas depois da independência, em 1948 e 1949; os bósnios de várias etnias e religiões depois de 1991; os palestinos (além de Sabra e Chatila) expulsos de suas casas; kossovares, depois de 1998, e sudaneses de Darfur nos últimos cinco anos.

Devemos ter em conta aqui dois pontos: a ampliação da lista deve claramente salvar a memória das vítimas, negar o esquecimento, punir os responsáveis e indenizar possíveis sobreviventes. Esse é o ponto central – contudo, muitos daqueles que ampliam a lista o fazem para simplesmente descaracterizá-la, justificar o injustificável e, assim, absolver os velhos carrascos e algozes de populações inteiras¹². As comparações feitas por negacionistas entre o Holocausto judaico e o extermínio de índios americanos pelos EUA não são, de forma alguma, uma prova de respeito dos neofascistas pelos nativos americanos. Trata-se, em verdade, de ardil para dizer: “Bem, guerra é assim mesmo!” As lideranças militares e políticas japonesas, quando confrontadas com o absurdo número de mortos chineses e material documental de execução de civis, respondia sempre com o mesmo “mantra”: “shikatagai nai”, ou seja, “não se pode evitar”¹³. Mesmo hoje, os políticos japoneses, recusam-se a aceitar a realidade do genocídio cometido na China, Coréia e Filipinas, entre 2007 e 2012 mais de cem deputados japoneses manifestam-se contra a “fabricação” e o “mito” do massacre de Nankin, com a adesão do popular prefeito de Tokyo¹⁴. Muitos dos mesmos políticos japoneses e, pior de tudo, livros didáticos japoneses, colocam a ênfase da guerra nos ataques incendiários contra as cidades japonesas e, claro, no brutal bombardeamento atômico de Hiroshima e Nagasaki, considerados como “criminosos”.

No Camboja, o regime comunista de Pol Pot assassinou mais de 1.700.000 pessoas, buscando implantar uma utopia pervertida de comunoruralismo, para o que acreditava ser necessário eliminar as populações urbanas do país. Já em Ruanda, a partir de 1990, as relações entre os dois grupos étnicos centrais do país começam a deteriorar-se, apontando para uma crise de grande brutalidade. Tutsis, uma minoria favorecida pelo colonialismo belga (que chega a formular uma falsa teoria antropológica para provar a superioridade dos tutsis), são afastados do poder pela maioria Hutu, que os consideram estrangeiros e aliados de inimigos do país (em especial de Uganda). Após derrubar o poder tutsi, e tendo como pretexto a morte do presidente Juvénal Habyarimana, em um acidente aéreo em 1994, inicia-se uma longa campanha de assassinatos coletivos, incentivados pela mídia, pela Igreja católica local e por várias instituições estatais¹⁵. A ONU, chamada a intervir, perde-se em

longas “demarches” diplomáticas, o que permite que pelo menos 800 mil pessoas (tutsis e hutus moderados) sejam mortas, enquanto alguns milhares fogem em condições desumanas para a República do Congo/Kinshasa¹⁶.

De extrema brutalidade, e causando grande espanto por desenrolar-se, desta feita, em plena Europa, foi o processo de limpeza étnica, uma forma de genocídio, surgida nos escombros da antiga Iugoslávia, a partir 1990. Numa explosão de ódio historicamente mal contido e de exacerbação do nacionalismo identitário, sérvios, croatas e muçulmanos lançaram-se num longo processo de assassinatos coletivos, destruição de vilas e cidades, estupros coletivos e extermínio sistemático de populações inteiras. Em 1991, os sérvios criaram campos de concentração e promoveram a limpeza étnica nas regiões limítrofes da Croácia, enquanto no ano seguinte, 1992, os croatas atacavam e expulsavam muçulmanos da Bósnia, e estes mesmos atacavam bósnios ortodoxos. O resultado foi a morte de 300 mil, com o êxodo de mais de um milhão de pessoas. A cidade de Srebrenica, onde os sérvios mataram de uma só vez sete mil pessoas, ficará como símbolo da barbárie possível no coração da Europa no final do século XX. Em 1999, a guerra estendeu-se para a província sérvia de Kosovo, de onde o governo de Belgrado procurava expulsar a população de origem albanesa, resultando num longo e intenso conflito (Otan versus Sérvia), tendo como saldo o deslocamento de cerca de 700 mil pessoas, num amplo programa, mútuo e adverso, de limpeza étnica.

Pelo menos três outros importantes acontecimentos, embora de dimensões menores, podem ser listados como genocídios: os massacres de Sabra e Chatila, cometidos pelas milícias cristãs libanesas, com o beneplácito das tropas de ocupação de Israel comandadas por Ariel Sharon, em 1982, e a ação do governo indonésio contra a população de Timor Leste, entre 1975 e 1999, culminando na morte de 200 mil pessoas e no êxodo de 230 mil outras, até a chegada de uma força de paz da ONU. Também a ação repressiva do regime de Saddam Hussein, em 1988, contra o separatismo curdo, culmina no uso de gás venenoso contra a aldeia de Halabja, matando de forma atroz cinco mil civis curdos, parte de um longo processo de repressão contra a existência de uma nação curda.

HOLOCAUSTO COMO IDENTIDADE

Outros povos e grupos sociais exigem, também, para sua própria história, a condição de vítimas de genocídios, ampliando o conceito de Holocausto, restrito, até muito recentemente, ao caso dos judeus sob o Terceiro Reich, e buscando, assim, uma conceituação histórico-jurídica, para além do conteúdo religioso da expressão “Shoah”¹⁷. Assim, os poloneses – que perderam mais de três milhões e meio de compatriotas – consideram-se parte da história do Holocausto, bem como muitos historiadores russos –, ante a matança sistemática de vinte milhões de russos, consideram-se parte da

história do Holocausto nazista. Em ambos os casos, havia, por parte do Terceiro Reich, uma intenção clara de expulsão de habitantes “eslavos”, “inferiores”, “Untermenschen” (subhumanos) para “colonizar” suas terras como parte do “Lebensraum” (o “Espaço Vital”) indispensável para a construção da brutal utopia nazista¹⁸.

Alguns grupos específicos, como os homossexuais e Testemunhas de Jeová, também internados em campos de extermínio, arrogam o Holocausto como parte legítima de sua memória coletiva, buscando a construção de história compartilhada. A tentativa de muitos historiadores de centrar a história do Holocausto exclusivamente na história judaica pode gerar a um profundo mal-estar para tais grupos, levando-os a pensar que parte fundamental da sua história estaria sendo expropriada ou negada. Tais dificuldades tornaram-se evidentes na Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, em Durban (2001), quando vários países africanos, de onde partiram levas de indivíduos tornados escravos, proclamaram-se vítimas do racismo e propuseram a culpabilização do Imperialismo e Colonialismo europeus enquanto genocídio, considerando os países ocidentais como responsáveis, através dos processos históricos denominados de Imperialismo, Colonialismo e Neocolonialismo pela desigualdade e pela injustiça social contemporâneas – para além, é claro, dos processos genocidários, tais como a escravidão e o tráfico negreiro. As exigências de caráter político e ideológico exercidas sobre o Holocausto por parte de países islâmicos e africanos durante a Conferência de Durban se, por um lado, eram compreensíveis a partir do quadro de carência identitária acima esboçado, por outro lado deram-se num contexto completamente impróprio e, mesmo, contraproducente. Grupos radicais de militantes islâmicos – de caráter fundamentalista – passaram a negar o Holocausto judaico em nome dos reais e concretos crimes cometidos pelo Imperialismo na África e no Oriente Médio ou mesmo em nome de um genocídio palestino. Assim, fundamentalismo islâmico e antissemitismo passaram a dar às mãos, culminando em atos de extrema violência como o atentado duplo contra o “Charlie Hebdo” e locais populares judaicos em Paris em 2015.

Tal amálgama ideológico acabou por fundir-se num contexto mundial de ressurgimento do fascismo e de uma vasta literatura de caráter negacionista, confundindo-se num pastiche que derivava perigosamente em direção ao anti-semitismo militante. Mary Robinson, então comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, declarou em Durban que as manifestações anti-Estado de Israel a faziam se sentir judia. Assim, no próprio interior da luta mundial pelos direitos humanos estabelecia-se a perplexidade, criando-se uma barreira clara à luta unificada pela justiça social e a prevenção contra a repetição de matanças coletivas. Por uma estranha dialética, a militância fundamentalista islâmica, do tipo Califado Islâmico e Boko Haram, acaba por fomentar e fortalecer novos movimentos de caráter fascista na Europa, em

especial o “Front National”, na França e o movimento “Pegida” (“Patriotas Europeus contra a islamização do Ocidente”), na Alemanha, ou o terrível atentado cometido por Andreas Breivik, na Noruega em 2011, também sustentado numa pretensa invasão “islâmica”¹⁹.

REGRESSÃO E INDIVIDUAÇÃO

Historicamente, o fascismo inscreveu seu sucesso – seu poder de sedução, como já foi dito²⁰ – exatamente na capacidade de agregar à estranheza psicológica as condições sociais de mal-estar de sua época. Ao mesmo tempo em que critica violentamente o tempo presente e constrói uma utopia, ou uma distopia, regressiva voltada para o passado, não hesita em lançar mão dos meios mais avançados do ponto de vista tecnológico para difundir o ódio ou realizar seu domínio sobre a sociedade, explicitando a contradição básica, instrumental, do fascismo no seu desejo de instaurar uma sociedade orgânico-corporativa de cunho medieval com fortes bases tecnológicas. Residia aí a capacidade do fascismo de oferecer simultaneamente segurança, como numa sociedade tradicional, e propor um reino no futuro. Nestas bases, incentivava-se o indivíduo ao culto de uma modernidade massiva, brutal: os aviões e seus vôos transatlânticos, os modernos e gigantescos navios, as rodovias (“Autobahn”) nazistas, os monumentos gigantescos etc. Iniciava-se a era de um homem tecnológico, desviado da sua capacidade de amar o semelhante, mas apaixonado pelas máquinas, por monumentos gigantescos, por uma grandiosidade massacrante e anti-indivíduo. Frios e distanciados transferiam para a máquina, ou a pedra, no seu sentido lato, todo o amor possível, recobrando suas relações com o outro por um véu tecnológico, que se relaciona com todas as relações²¹. Auschwitz não é nada, a eficiência dos trens-transportes para o campo de extermínio é tudo, numa lógica que poderíamos atribuir a Adolf Eichmann. Um oficial japonês, preso por crimes contra a humanidade na construção da Estrada de Ferro Thai-Burma, confessa, ainda emocionado, que olhando em direção ao Japão, chorou, aos gritos de “banzai, banzai”, quando o último dormente da ferrovia foi assentado. Nenhuma emoção crispou seu rosto na hora de contabilizar os mais de 100 mil asiáticos mortos na construção da ferrovia. Os meios, a tecnologia, são assim fetichezados – como hoje transferimos nosso amor para com o “meu” carro, o “meu” telefone celular ou o “meu” computador – e a relação com o outro é mediada, e só assim é possível, via bytes, hps e chips. Essa é a linguagem que me permite a relação, ritualizada, com o outro, quanto deveria ser apenas o meio do “eu” alcançar mais profundamente o meu semelhante. Como mercadorias, tais meios tornam-se o parâmetro de relação básica, permitindo que os homens desprovidos de amor amem. Amem suas máquinas com o ardor que transferem da possibilidade de amar o outro, com quem não há identidade possível. Assim, o sistema envolvente, produtor de mercadorias,

encontra-se com as conseqüências da educação autoritária, possibilitando um “eu regressivo”, incapaz para o amor com o outro, com notável déficit de relação libidinal, e pronto para identificações salvadoras da aniquilação total do “eu” através da entrega a um outro indivíduo, o pai grande, o chefe, o líder que substitui o amante, o pai, o amigo ou tudo isso junto²². De qualquer forma, são mecanismos que garantiriam para todo sempre a impossibilidade da dor, com a transferência de sua própria identidade para um ente, individual ou coletivo, que possa ser alvo voluntário e querido de uma adoração sem limites, normalmente sob uma liderança carismática, de Mussolini e Hitler até Osama Bin Laden ou o moderno “Califa” do ISIS. Desta forma, deslocamos a análise para a psicologia dos algozes, negando-nos a buscar uma razão (uma “culpa” mal-disfarçada) na própria vítima. Não são os judeus, ciganos ou gays que trazem em si a possibilidade do Holocausto; esta reside naqueles que, em virtude do estranhamento, não se habilitaram para o amor. Por isso o Holocausto é ainda hoje possível, como em Ruanda ou no Camboja: a sua possibilidade reside no coração frio dos incapacitados para o amor.

A EDUCAÇÃO AUTORITÁRIA E A FUGA AO AMOR

A idéia-força, tão presente no conjunto dos métodos educacionais dos anos ‘20 e ‘30, no lar e na escola, ou nas práticas didático-repressivas dos exércitos e polícias civis contemporâneas, seriam pontos de partida para a construção de tal personalidade autoritária. A irrupção da sociedade industrial de massas, a destruição dos anteparos sociais (no dizer de Karl Polanyi) e a dura luta pela sobrevivência – a elogiada educação para a vida – serviriam de base para a recepção positivada de concepções de mundo baseadas na fórmula “só os fortes vencerão”, tão típica de um Estado sado-autoritário, como o fascismo ou o capitalismo yuppie, que divide a sociedade em “vencedores” e “perdedores”. Pessoas exigentes consigo mesmas, capazes de grandes sacrifícios, de uma frugalidade permanente, ou de abstinência em nome de determinada moral; uma virilidade baseada na capacidade de suportar o esforço extenuante e a dor; a lógica de acumulação para usufruto futuro ou medo de exposição ao desencanto no presente marcariam a sublimação em masoquismo das pulsões originariamente voltadas para o prazer; em seu conjunto tais práticas garantiriam, para si e seus filhos, uma educação autoritária; masoquistas consigo mesmos, apresentariam uma face sádica frente ao outro; em suma, ser duro consigo abriria o caminho para ser cruel com outro. O “link” fundamental entre o individual e o coletivo residiria no medo (Neumann), na alienação (Marx) ou no mal-estar (Freud) onipresente no homem na sociedade industrial de massas regida por uma ordem heterônima, individualista e competitiva. Há sem dúvida um medo real, concreto, ligado às garantias de trabalho, de velhice, de aceitação profissional – em suma, do sucesso na moderna sociedade capitalista, em não ser um “perdedor”. De

outro lado, um medo neurotizado, produzido pelo eu com o fim de evitar, por antecipação, a mais remota ameaça de perigo. Essa junção permite a intensificação dos medos reais e a busca ansiosa de garantias, normalmente encontradas na figura de um líder carismático. É a libido, reprimida face aos medos interiores, que surge como a argamassa da identificação da massa com seu líder. É desta mesma forma que o indivíduo é alienado como um eu próprio, como uma identidade de si mesmo, em favor da plena identificação com o seu líder. Dá-se, neste sentido, um passo atrás na própria história do homem, compreendida aqui como um processo contínuo de individuação, de emergência do indivíduo – dotado de direitos, deveres, de uma consciência – da multidão anônima. Assim, o “link” entre o individual e o social aparece como um duplo processo de regressão: de um lado, “regressão psicológica”, pela construção de um liame libidinal entre líder e massa substitutivo da pulsão original, direcionada para o amor; de outro, uma “regressão histórica”, com o retorno à massa anômica, moldável, como nos desfiles de massa, manipulável à voz de um comando único²³. O auto-controle, a fuga às emoções burguesas, deveria ser o material de moldagem do novo homem fascista. Neste sentido, o esforço físico, além da preparação para a guerra, implicava em ir até o seu limite e, então, ultrapassá-lo na dor. O esporte, os exercícios e o treino de guerra permitem o surgimento desse novo homem. “A ênfase deveria estar na distinção do novo homem fascista face ao burguês acomodado, associado na imaginação fascista com passividade, cinismo e decadência”.

Este era o ambiente onde surgiam os homens que formariam as SA, os “Fascio di Combattimento” ou a Guarda de Ferro. Massa-coisa, regressão reconhecida enquanto novos bárbaros, exaltada numa virilidade que nunca se consuma, sempre se sublima num amor compulsivo pela morte. São clones de um Parsifal atormentado, para quem o amor enfraquece, a luta e a vingança fortalecem. Corneliu Codreanu, ele mesmo organizador de grupos de jovens, com cerimônias esotéricas realizadas nas florestas da Romênia, insistia em ver na Legião do Arcanjo Gabriel um ninho doce e cálido, que recebia jovens dedicados a um amor mútuo, alguns velhos conhecidos, outros eram crianças. porém, desde os primeiros dias uma atmosfera de afeto se estabeleceu entre os mais jovens e seus líderes e daí se esperava. o nascimento de um homem novo, que deverá surgir da escola legionária com as qualidades de um herói: um gigante de nossa história, que combaterá e vencerá a todos os inimigos.

SANGUE E RAÇA

Ao mesmo tempo em que se exaltava a virilidade, o companheirismo e a vida em comum, distante das mulheres (a quem cabia gerar mais filhos para o Império, embora sem mantê-los junto a si além dos 10 ou 12 anos, para que não se enfraquecessem com uma educação afeminada) e se criava um imaginário absolutamente falocrata, como nas esculturas masculinas ou

nos filmes de Leni Riefenstahl, punha-se em movimento uma esmagadora máquina de repressão ao homossexualismo²⁴. A exuberância de soldados e atletas nus em praticamente todos os monumentos públicos do poder fascista, em qualquer um dos países em que foi dominante, criava, desta forma, uma tensão permanente entre um poder falocrata e a condenação ao homossexualismo. A saída buscada pelo fascismo implicava em estabelecer uma distinção forçada entre beleza masculina e homoerotismo.

A beleza deveria ser deserotizada através da assunção da tranquilidade e distanciamento como padrão, embora com uma exposição agressiva de virilidade, suficientemente óbvia para realizar a transferência libidinal entre massa e líder. Por sua vez, o erotismo ou qualquer forma de realização sexual que fosse além da perpetuação e expansão da raça ariana era considerado luxúria, associado ao nervosismo, histeria e ausência de auto-controle, qualidades todas consideradas femininas. Punha-se em marcha um programa, o “Lebensborn”, de reprodução seletiva de arianos, que rompia com os liames da família burguesa, bem como da possibilidade do amor. Apenas a reprodução da raça era considerada nas relações, únicas e objetivadas, de jovens SS com moças consideradas aptas a gerar a nova juventude do Führer. O círculo do estranhamento fecha-se quando as qualidades negativas femininas, como a passividade-nervosismo, são plenamente localizadas num tipo racial e num gênero: o homem judeu. Ao contrário do bárbaro moderno, o judeu é identificado como refinado, urbano, errante, nervoso e feminino e, é claro, em todas as caricaturas fascistas, é feio. Todos os elementos chaves do fascismo acabam por se fundir numa visão de mundo coerente e paranóide quando a práxis fascista é confrontada com a possibilidade concreta do outro, da sua dor ou da sua felicidade. Assim, a alteridade é plenamente identificada com o liberalismo, com seu caráter antinatural e antinacional, com a desestruturação da comunidade orgânica nacional ou racial e com o espírito de facção do marxismo. Somente o fascismo seria o portador de uma moralidade capaz de forjar o novo homem, o bárbaro do futuro, reencarnado no louro, jovem e bem criados anti-islâmicos, anti-judeus, anti-estrangeiros como Andreas Breivik. Coube a este bárbaro, que hoje bate novamente à nossa porta, o assassinio em massa como passaporte para um terrível mundo novo.

É interessante, embora também trágico, que a expressão genocídio tenha surgido tão tardiamente na história. Somente em 1944, através da obra “Axis Rule in Occupied Europe”, do jurista polonês de origem judaica Raphael Lemkin, elaborou-se um estatuto jurídico específico aos crimes de guerra em massa e aqueles praticados contra as minorias étnicas, religiosas ou culturais durante a Segunda Guerra Mundial. Mais tarde, como apontado anteriormente, as Nações Unidas (ONU), em 1948, inscreveu o genocídio nos seus estatutos.



Monumento em lembrança do Holocausto, Berlin, 2011 (Foto do autor).

GENOCÍDIO, GENOCÍDIOS

Com o avançar das pesquisas, concluiu-se que o primeiro genocídio do século foi cometido pelas tropas de ocupação alemãs contra a população nativa da Namíbia, então Sudoeste Africano Alemão. Desde 1885, os alemães procuravam estabelecer uma colônia no sul da África, ocupando então o território da Namíbia e expropriando os pastores negros Hereros. Em 1904 estes se revoltaram, iniciando uma longa guerra contra os invasores brancos, que só terminará em 1907, com a morte de 85% da população herera e a “pacificação” do território. Grandes empresas alemãs, entre as quais o Deutsche Bank, tinham interesses na região e lucraram com o extermínio herero. Estes ainda hoje lutam pelo reconhecimento do fato genocidário e exigem, em tribunais americanos, uma indenização. No pós-Segunda Guerra Mundial, malgrado os antecedentes dos genocídios herero, armênio, judeu e cigano, outros processos de extermínio em massa foram colocados em prática, como no Camboja e em Ruanda.

De extrema brutalidade, e causando grande espanto por desenrolar-se, desta feita, em plena Europa, foi o processo de limpeza étnica, uma forma de genocídio, surgida nos escombros da antiga Iugoslávia, a partir de 1990. Numa explosão de ódio historicamente mal contido e de exacerbação do nacionalismo identitário, sérvios, croatas e muçulmanos lançaram-se num longo processo de assassinatos coletivos, destruição de vilas e cidades, estupros coletivos e extermínio sistemático de populações inteiras. Em 1991, os sérvios criaram campos de concentração e promoveram a limpeza étnica nas regiões limítrofes da Croácia, enquanto no ano seguinte, 1992, os croatas atacavam e expulsavam muçulmanos da Bósnia, e estes mesmos, atacavam

bósnios muçulmanos. O resultado foi a morte de 300 mil pessoas, com o êxodo de mais de um milhão.

As insistentes tentativas atuais - e me refiro em particular ao caso do falecido Jörg Haider e seu Partido da Liberdade, na Áustria, a Gian Franco Fini, na Itália – de provar a possibilidade de um pós-fascismo, cuja nova característica, ou a mais marcante, seria o abandono de qualquer preconceito antijudaico, visam exatamente a dissociar fascismo (e neofascismo) e anti-semitismo.

ANTISEMITISMO E GENOCÍDIOS

Historicamente o anti-semitismo foi partilhado por todas as formas nacionais de fascismo: na Romênia, na Hungria, na Croácia, na Itália e na Alemanha, onde o ódio aos judeus tomou aspecto de política de Estado, objetivo nacional. Apesar disso, muitos pretendem hoje ver no ressurgimento do fascismo, limpo de um passado brutal, uma nova via política alternativa, crítica simultaneamente do capitalismo liberal selvagem e do socialismo. Para tal, insistem em dois pontos fundamentais: ora o fascismo não foi tão brutal quanto a história o descreve, história que seria em sua totalidade fruto da conspiração judaica, prova cabal do poder judeu em manipular os meios de comunicação (como insistem os negacionistas do Holocausto, erroneamente chamados de “revisionistas”); ora aceitam o passado, com toda a sua dureza, mas afirmam que os tempos mudaram e não mais aconteceriam tragédias como aquelas que se multiplicaram entre os anos de 1930 e 1940.

Devemos aqui assinalar uma possível diferenciação entre anti-judaísmo, comum desde o final da Antiguidade até o século XX e o chamado anti-semitismo. O antijudaísmo, brutal e cruel, com seus “Pogroms” e suas fogueiras, como em Portugal no alvorecer do século XVI ou no interior da Rússia Czarista, deixava, por mínima que fosse, uma brecha para a conversão dos judeus. Ao menos daqueles que tivessem a oportunidade de escapar das explosões de violência popular poderiam salvar suas vidas, e de suas famílias, um preço monstruoso: a negação da própria identidade expressa no judaísmo. O núcleo do preconceito era, então, religioso e a mudança/conversão de religião podia, em muitos casos, ser uma pretensa “salvação” – embora a perseguição aos chamados “criptojudeus” era também intensa. Já no anti-semitismo moderno, do século XIX até o Terceiro Reich, dá-se uma racialização do judeu como fonte do mal, não havendo escapatória inclusive para judeus convertidos ao cristianismo. Todo anti-semitismo, neste sentido, é naturalmente exterminacionista.

Na verdade, a imperiosidade para os neofascistas em banalizar, diminuir ou simplesmente negar o Holocausto inscreve-se numa estratégia ardilosa e muito bem estudada. Transformando a Segunda Guerra Mundial em apenas mais uma guerra, cruel e destruidora como todas as guerras, conseguir-

se-ia transformar as relações entre os Aliados (Estados Unidos e URSS, com os demais países das chamadas Nações Unidas) e o Eixo (Berlim, Roma e Tóquio) em mais um conflito pela hegemonia mundial. Assim, o Julgamento de Nuremberg e a descoberta do “Shoah” seriam parte da paz dos vencedores, imposta aos vencidos, assim transformados em vítimas. Juntar-se-iam a esta versão depravada da história recente os acontecimentos posteriores do seguinte tipo: de um lado, a Rússia de Stálin, com o “Arquipélago Gulag” (a imensa rede de campos de prisioneiros espalhada pela URSS) e o Estado Policial do KGB; de outro lado, surgiriam os Estados Unidos, com o racismo interno e as atrocidades cometidas no Vietnã, tal como My Lai e outros massacres, para demonstrar como todos os países são capazes, na guerra e no enfrentamento de seus inimigos, de atravessar as tênues linhas da ética. O que permanece como obstáculo a tal versão da história? Exatamente o Holocausto.

A SINGULARIDADE DO HOLOCAUSTO

O Holocausto, como fenômeno arquitetado, planejado, organizado previamente visando ao assassinato em massa de um grupo pelo Estado, revela exatamente o caráter degenerado dos fascismos, especialmente da sua versão alemã, o nazismo. O Holocausto implica um selo, carimbo definitivo, no fascismo enquanto corrente política incapaz de apresentar-se, inclusive hoje, como alternativa possível de ordenamento civilizado do mundo²⁵. A barbárie pomposa do fascismo, com seus recursos ao espetáculo, desaba perante as cenas de deportação em massa, as marchas da morte ou a ordem industrial da morte nos campos de extermínio. Assim, as propostas atuais de rever o fascismo – já em curso na Áustria e na Itália – como uma corrente política que evolui, libertando-se de avatares do passado, fracassa frente à uma série de atos que confirmam a equivalência entre fascismo e barbárie. Os recentes acontecimentos na Europa, nos Estados Unidos e mesmo na América Latina envolvendo grupos neofascistas em choque com estrangeiros, negros, minorias étnicas e lugares de memória do Holocausto obrigam o historiador, bem como o cidadão comum, a uma reflexão mais aprofundada sobre o fenômeno do ressurgimento do fascismo desde o final dos anos 80, e principalmente a debruçar-se sobre os fatores que, presentes nos anos 20 e 30 do século XX, ainda hoje alimentam a possibilidade de retorno da barbárie. A propaganda de extrema-direita, os negacionistas e os grupos neofascistas - como a “Aryan Nation” e tantos outros - insistem no aspecto forjado, inautêntico, das narrativas do Holocausto. Ora discutem pornograficamente sobre o número de pessoas contidas em instalações de aniquilamento, ora sobre o caráter do gás Zyklon-B como mero desinfetante. Frente a tais tentativas de assassinato da memória, torna-se fundamental multiplicar os relatos – como este que aqui apresentamos – e salvaguardar os lugares de memória do “Shoah”. Alguns livros recentes, em especial o

de Norman Finkelstein, acabam por ser entendidos de forma equivocada, provocando grande polêmica e alguns equívocos. No caso de Finkelstein, a crítica – duvidosa e polêmica – sobre a indústria do Holocausto acaba por contaminar a própria história do Holocausto. Na verdade, Finkelstein critica a pretensa multiplicação de sobreviventes e vítimas, interessados nas indenizações devidas por bancos e grandes multinacionais – e não a existência do próprio Holocausto²⁶. Mas, para muitos, o logro – que porventura possa existir – acaba contaminando toda a história. Ao nosso ver, a “indústria do Holocausto” não explica, de forma alguma, a multiplicação de esforços para salvaguardar lugares de memória, criar monumentos, erigir museus ou publicar livros e documentos sobre o Holocausto. Algumas outras razões, menos venais, devem ser alinhadas para explicar o atual “boom” – do qual este livro faz parte – de memória. Em primeiro lugar, e de forma clara, devemos lembrar que a geração que presenciou a guerra e os campos encontra-se – duramente – no seu outono. Assim, é justo que queiram deixar registrado, para além do relato oral, um documento, uma comprovação do horror vivido. Por outro lado, não podemos esquecer, foi depois de 1989-91, o fim da Guerra Fria, principalmente na Alemanha, Itália, Rússia e Áustria, que o fascismo ressurgiu como movimento de massas. Aquilo que se pensava morto, decididamente parte da história vivida e passada, ressurgiu no tempo presente como ameaça. Assim, multiplicar e garantir a memória do “Shoah” torna-se um dever político e ético de todos os que viveram o terror e aqueles que lutam contra sua repetição. Por fim, durante quase quatro décadas, para um grupo majoritário de judeus em todo o mundo, a preocupação central focou-se na sobrevivência do Estado de Israel, muitas vezes esquecendo-se de um mal que avolumava-se na escuridão.

O DEVER DE LEMBRAR

Devemos, ainda, ter claro em mente uma espécie de censura, cansaço e bloqueio que pesou sobre o tema Holocausto. Falar da guerra, do horror passado, surgia como verdadeiro bloqueio para a reconstrução da vida de milhares de pessoas. Era viver de novo o horror. E para quê? Se tudo estava definitivamente morto no passado... Foi preciso ver-se frente a frente com o retorno ao terror para fazer muitos buscarem coragem, e forças, para se dedicarem à tarefa de fazer o passado reviver sobre o papel, muitas vezes com um custo terrível, como na obra e vida (ou sobrevivida) de Primo Levi²⁷. E não foram só os judeus. Um caso excepcional é o dos Testemunhas de Jeová, caracterizados pelo recato e a tentativa de manter-se ao largo de grandes polêmicas, que passaram, depois de 1991, a promover grandes eventos sobre o Holocausto, do qual também foram vítimas. No caso dos Testemunhas de Jeová – Bibelforscher –, foi o impacto das perseguições na Rússia e demais países do leste europeu, após o fim do comunismo, que os levou a iniciativas

de lembrar o passado.

Para muitos outros havia, para além da dor, a vergonha e a discriminação. Muitos dos homossexuais que conseguiram sobreviver aos campos decidiram-se pelo silêncio. Temiam o retorno ao lar e ao trabalho, com a pecha infamante do “triângulo rosa”. Na Alemanha Federal, o mesmo Parágrafo 175 da legislação que justificou a internação e o assassinio de gays manteve-se em vigor até 1968, e na Alemanha Oriental até 1969. Por isso, todo homossexual libertado dos campos foi imediatamente considerado criminoso, sem direito à indenização ou à qualquer outro benefício. Para eles, só restavam o silêncio e a vergonha²⁸. Devemos, ainda, destacar que somente agora – após 50 anos do fim da Segunda Guerra Mundial – muitos documentos foram liberados ao público, como os papéis da CIA sobre a colaboração de nazistas com os sistemas de informação ocidentais, ou ainda a postura do Vaticano sobre o Holocausto. O fim do socialismo de Estado no leste europeu acelerou a abertura de muitos outros arquivos, em especial na ex-URSS e na ex-DDR (Alemanha Oriental), permitindo o acesso a um vastíssimo repositório de documentos referentes ao tema. Por fim, a queda das ditaduras latino-americanas permitiu a triagem dos vastos arquivos das polícias políticas locais, identificando-se o volume e extensão da colaboração entre o Terceiro Reich e os regimes autoritários na América. Assim, explicar-se-ia a retomada atual dos estudos sobre o Holocausto. Alguns historiadores, como Zeev Sternhell, destacam a desconfiança perante o outro, o diferente, e a possibilidade da violência como resposta a qualquer desafio, inclusive ao desconhecido ou simplesmente novo, como característica básica do fascismo. Assim, estabelecido o que é nacional (e, portanto, equivalente a um “Eu” reconhecido), tudo o mais é lançado ao pólo extremo do antinacional: por definição, o não-ariano, o comunista, o cigano, o negro, o estrangeiro, o gay e aqueles que afrontam a perfeição nacional/racial - os considerados mental ou fisicamente doentes.

AS VÍTIMAS ESQUECIDAS

Nesse contexto, duas categorias de antinacionais se destacam: o judeu e o cigano. Ambos inserem-se no mesmo caso: são universais, cosmopolitas, falam línguas distintas, impedem a homogeneidade e a coesão nacional. Os comunistas e anarquistas, como no caso clássico, da Itália, não são diferentes: o partido, a luta de classes, a ênfase na transcendência prática (a libertação econômica) dividem a nação, impedem a coesão nacional e, logo, enfraquecem o Estado. A alteridade social e individual surge, assim, como elemento central de ação do fascismo. As próprias bases da diferença - a diversidade étnica, partidária, a multiplicidade das classes sociais, a possibilidade do amor e do prazer diferente - devem desaparecer face às instituições homogeneizadoras, únicas: nação, raça, corporação. No fascismo não há espaço para o outro, mesmo o outro hierarquizado e subordinado, tampouco para sua “educação”

e “conversão num homem novo”, como comprova o extermínio de judeus e gays²⁹. Uma idéia-força, raça ou nação, torna-se o único valor moral em torno do qual ergue-se um poderoso código de ação. Assim, armado com um sistema ideológico e mental adequado, o fascismo identifica em si mesmo valores absolutos, e qualquer diferença tornar-se-ia objeto de eliminação violenta. Os estudos referentes à alteridade e ao fascismo mal começam a ser realizados, em grande parte obscurecidos, enquanto objeto, por uma ênfase desmesurada no Holocausto, como fenômeno da história judaica. Queremos, em verdade, encarar o Holocausto como episódio da história de toda a humanidade. Cabe uma explicação: nossa referência se volta, aqui, não para a monstruosidade indiscutível do Holocausto enquanto produção industrial do assassinio e, sim, para as inúmeras tentativas de buscar na condição judaica, nas suas especificidades, as razões (o que em si já é uma ofensa) de tamanho crime. Ao mudarmos a ênfase de Holocausto>judeus para Holocausto>alteridade, acreditamos estar operando uma correção de rumo fundamental: descolar a condição judaica da lógica do assassinio em massa dos próprios judeus e das outras vítimas do fascismo. Partimos aqui de uma observação a nosso ver por longo tempo esquecida: o mal do racismo deve ser buscado nos algozes e não nas vítimas. Ser judeu, cigano ou gay não encerra em si um mal atávico ou histórico; tampouco uma condição, ou especificidade histórica, a ser superada; a inconformidade homicida com a condição do outro é, isto sim, um mal a ser superado. Coube a Theodor Adorno chamar a atenção para o fato de que “(...) as raízes do genocídio judaico devem ser procuradas nos perseguidores, não nas vítimas que, sob os mais mesquinhos pretextos, foram entregues aos assassinos”. Assim, ainda uma vez, é a anatomia do fascista que explica seus crimes, e não a das vítimas. Claro, a escolha de uns como alvo do ódio, e não de outros, deve ser levada sempre em consideração, porém como um elemento de eficácia no convencimento para o crime, e não como explicação do crime.

O INIMIGO OBJETIVO

Franz Neumann insiste no mesmo ponto, principalmente por meio da pergunta “Mas como achar um inimigo?”. Tal inimigo deveria preencher alguns requisitos de veracidade, para que o convencimento pudesse, de fato, funcionar em termos de recepção de idéias. Assim, ainda conforme Neumann, o judeu preenchia alguns desses requisitos para uma parcela importante da população: eram estrangeiros, identificavam-se com o capitalismo e, ao mesmo tempo, com o comunismo (Marx, Trotsky, Zinoviev, entre outros, eram judeus); eram largamente a “avant garde” literária, musical, artística em geral; e possuíam uma religião específica e um anátema multissecular brandido pelo cristianismo. Assim, a escolha de um inimigo partia de um campo de referências já reconhecido. Mas tais características, anteriores

ao fascismo, não haviam voltado os judeus, na Alemanha, por exemplo, ao desprezo e muito menos à morte em períodos anteriores. No Império (1871-1918), judeus desempenharam um papel de relevo junto a todos os segmentos sociais do país, inclusive junto ao próprio Imperador. Durante a República de Weimar (1919-1933), a situação não só foi a mesma, como ainda se assistiu à chegada de judeus aos postos mais elevados do país, como por exemplo o jurista Hugo Preuss –largamente responsável pela constituição da República de Weimar, em 1919 - ou o economista e diplomata Walther Rathenau – ministro das relações exteriores entre 1921 e 1922. Em suma, contra uma visão arraigada - e que temo ser um subproduto da própria propaganda fascista -, o anti-semitismo alemão não era, desde sempre, excludente ou mesmo homicida. Comparativamente, o anti-semitismo polonês, o russo e o báltico foram, antes do fascismo, muito mais agressivos do que o anti-semitismo alemão. Colocamo-nos, assim, em crítica aberta àqueles que querem filiar o Holocausto exclusivamente à história alemã. Não podemos esquecer que boa parte, para usar um termo em voga, dos carrascos voluntários de Hitler, eram lituanos, polacos, croatas, húngaros ou ucranianos. O Holocausto, bem como outros genocídios, deve ser filiado a uma concepção de mundo que nega qualquer possibilidade de um contratipo ao seu tipo-padrão, e não à história específica de um povo. Para Adorno, no texto já citado, o Holocausto está inextricável e dialeticamente ligado ao ódio e à desconfiança contra todos que são (imaginariamente) considerados fracos, débeis, felizes e fortes. É neste sentido que as observações de Adorno e Neumann nos ajudam a pensar o Holocausto judaico e todos aqueles que foram assassinados apenas por serem diferentes de um tipo imaginário alardeado como padrão³⁰.

NASCIDOS NO RACISMO

Se pensarmos os tipos fechados que foram alvos do fascismo - judeus, ciganos, gays, só a título de exemplo -, podemos perceber que são grupos constituídos por uma cultura marcada por laços de solidariedade (o Barão de Charlus diria, proustianamente, de cumplicidade), de auto-identidade e ajuda. A família judaica, a nação cigana e o grupo de amigos gays são, em suma, exemplos famosos de possibilidades arrebatadas de enfrentar desafios em nome do amor. Ora, a característica básica dos seus algozes foi (e ainda o é) a frieza, o distanciamento do outro enquanto pessoa em favor da identificação com um coletivo anônimo. Auschwitz só foi possível (tal como o “Arquipélago Gulag”, o massacre dos armênios, o genocídio dos trabalhadores asiáticos na Ferrovia Thai-Burma ou dos índios, negros, pobres no Brasil e no México contemporâneos) pela frieza do indivíduo face ao outro. Esta frieza frente ao outro é apenas o mesmo nome da incapacidade para amar, para reconhecer em qualquer um a possibilidade do amor; fora um pequeno círculo, constituído em padrão merecedor do amor, todos os

demais são tratados como estranhos; mas, mesmo aí, a frieza domina. Tal estranheza é a condição psicológica básica, *sine qua non*, para o genocídio; sem ela, Auschwitz não seria possível. Um agravante ainda: como os algozes se sentem estranhos perante o outro, são estranhos para si mesmos e sofrem sua própria estranheza, impossibilitando-os para o amor, mesmo que o amor entre iguais. Se, ao menos, amassem a si mesmos, quer dizer entre eles mesmos, estariam preparados para reconhecer no outro a capacidade de dar e receber amor. Mas, não: eles mesmos, sedentos de amor, foram incapazes de receber amor e, assim, não conseguiram (e, como tantos outros, não conseguirão jamais) amar. Por tal razão, o pessimismo humanista de Adorno clama por uma revolução na educação, na necessidade imperiosa de impedir, pela educação, novos Auschwitz. Para salvar as crianças da frieza, geradora do estranhamento, talvez fosse necessário salvá-las dos próprios pais. Um exemplo clássico de educação autoritária, trabalhado por S. Freud, dá-se na descrição do Caso Schreber, da sua paranóia sexo-salvadora, do seu medo fóbico à tortura; a neurose do juiz e político conservador e respeitável explicarse-ia pela educação avassaladora do respeitável Dr. Schreber (pai), com suas inacreditáveis máquinas de corrigir a postura, de dormir corretamente e suas estafantes sessões de ginástica eugênica impostas aos filhos³¹.

Criava-se, cria-se, por tal educação autoritária (e aqui autoritário deve ser entendido não só como violento/repressivo, mas também como agressivo/distanciado), “um tipo com consciente coisificado” (Adorno), uma “anulação do ego” (Neumann). Como sofrem, e sofrem a frieza e a falta do amor - em suma, sua condição estranhada -, tendem a negar a possibilidade de existência do próprio afeto, da fraqueza ou do medo; dialeticamente, temem ainda mais o que os põem em risco ao afirmar a possibilidade de ser forte e feliz: “Trata-se de um consciente que rejeita tudo o que é consequência, todo o conhecimento do próprio condicionamento [de sua própria dor] e aceita incondicionalmente o que está dado”. A educação autoritária, reforçada no fascismo, foi por excelência geradora de tal estranhamento.

NOTAS

¹ Para uma compreensão do caráter intrinsecamente exterminacionista da guerra, tanto em relação ao Holocausto, quanto a ocupação e colonização dos territórios do Leste europeu, ver Kershaw, Ian. *Hitler*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010 e ao tipo específico de guerra conduzido pelos nazistas na Europa Oriental ver: BESSEL, Richard. *Nazismo e Guerra*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2014.

² CHANG, Iris. *Rape of Nanking: the forgotten holocaust of World War II*. New York: Penguin books, 1997.

³ Ver MOSSE, George. *Fallen Soldiers: reshaping the memory of world wars*. Oxford, University Press, 2002.

⁴ PELLEGRINI, Marcelo. “Violência: Brasil mata 82 jovens por dia” In: Carta Capital, 04/12/2014, <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-brasil-mata-82-jovens-por-dia-5716.html>

⁵ BÉDARIDA, François. *Histoire, critique et Responsabilité*. Paris, IHTP/CNRS, 2003.

⁶ Um excelente debate sobre a guerra e extermínios ao longo da nossa história está em KEELEY, Lawrence. *A Guerra Antes da Civilização*. São Paulo, Espaço Cultural, 2010.

⁷ ROSENBAUM, Alan S. (ed.). *Is the Holocaust unique? – perspectives on comparative genocide*. Boulder: Westview Press, 2009.

⁸ CFCA/Ahmadinejad dit que la négation de l’Holocauste était sa plus grande réussite. In: <http://antisemitism.org.il/article/80370/ahmadinejad-dit-que-la-n%C3%A9gation-de-lholocauste-%C3%A9tait-sa-plus-grande-r%C3%A9ussite>, 09/07/2013.

⁹ HABERMAS, Jürgen. *Escritos sobre moralidad y eticidad*. Barcelona, Piados, 1991, p. 11

¹⁰ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. (Org.). *O Século Sombrio*, Rio de Janeiro, Campus, 2004, em especial “Introdução”, pp. 3-21.

¹¹ PRAZAN, Michael. *Le Massacre de Nankin*, Paris, Denoël, 2005.

¹² TAGUIEFF, P. *La force du préjugé*. Paris, La Découverte, 1988, p. 130.

¹³ HASTINGS, Max. *Inferno: O Mundo em Guerra (1939-1945)*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2012, p. 286.

¹⁴ XIAOYU, Pu, « The Nanking Massacre, Justice and Reconciliation: A Chinese Perspective », *Perspectives*, vol. 6, n° 3, 30 septembre 2005.

¹⁵ Para a questão das diversas reivindicações de condição de genocídio ver: LAGROU, Pieter. *Mémoires Patriotiques et Occupation Nazie*. Paris, IHTP/CNRS, 2003.

¹⁶ AKHAVAN, Payam (1996). “The International Criminal Tribunal for Rwanda: The Politics and Pragmatics of Punishment”. *American Journal of International Law* **90** (3): 501–510. JSTOR 2204076.

¹⁷ Ver HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2014.

¹⁸ BESSEL, Richard. Op. Cit., p.43.

¹⁹ Ver sobre tais temas: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. (Org.) *Enciclopédia de Guerras e Revoluções*. Vol. 3, Da Guerra Fria á Globalização (1945-2014). Rio de Janeiro, Elsevier, 2015.

²⁰ REICHEL, Peter. *Der schöne Schein des Dritten Reiches. Faszination und Gewalt des deutschen Faschismus*. Hanser, Munique, 1991.

²¹ ADORNO, Theodor. “A Educação depois de Auschwitz” In <http://adorno.planetaclix.pt/tadorno10.htm>, consultado em 16/01/2015.

²² Ver para este debate: FREUD, Sigmund. O Mal-estar na Civilização. Rio de Janeiro, Imago, 1997 e FREUD, Sigmund. Recordar, Repetir e Elaborar” In: *Obras Completas*, vol. XII, p. 191-207 e de forma especial: SANTNER, Eric. *A Alemanha de Schreber*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

²³ NEUMANN, Franz. *Estado Democrático e o Estado Autoritário*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, p. 305.

²⁴ Para este debate ver o interessante artigo: “A virilidade fascista”, de Johann Chapoutot In: CORBIN, Alain et alii. *História da Virilidade*, vol. 3, Petrópolis, Vozes, 2012, pp.335-363.

²⁵ MOSSE, George. *The Image of Mann*. Oxford, University Press, 1996, p. 162

²⁶ Para o debate ver: FINKELSTEIN, Norman. *A indústria do Holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus*. Rio de Janeiro: Record, 2001; GOLDHAGEN, Daniel. *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 e ROTHBERG, Michael. *Multidirectional memory: remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford: Stanford University Press, 2009.

²⁷ LEVI, Primo. *Afogados e Sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

²⁸ Sobre o debate acerca de sexualidade e fascismo ver: BLEUEL, Hans Peter. *Sex and Society in Nazi German*. Nova York, Dorset Press, 1996 e Grau, Günter (Org.). *Homosexualität in der NS-Zeit*. Munique, Fischer, 1993.

²⁹ Além do já citado texto de Eric Santner ver sobre a educação autoritária: ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

³⁰ Para uma extensa discussão do conceito de inimigo objetivo ver: GAY, Peter. *O Cultivo do Ódio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

³¹ SANTNER, ERIC. Op. Cit, p. 81.

Artigo recebido em janeiro de 2015. Aceito em abril de 2015.